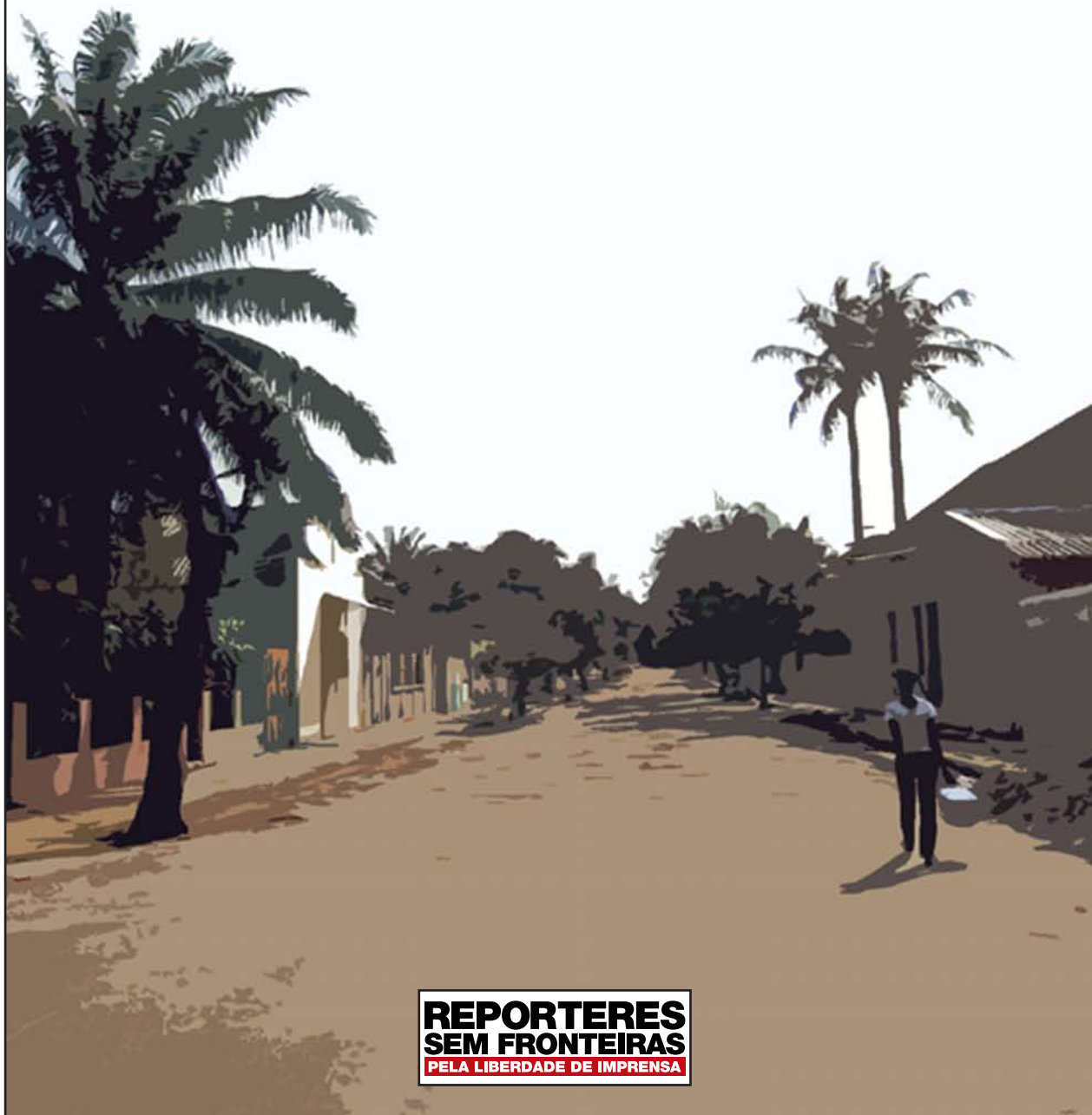


GUINÉ BISSAU

Cocaína e golpe de Estado, fantasmas de uma nação amordaçada



**REPORTERES
SEM FRONTEIRAS**
PELA LIBERDADE DE IMPRENSA

Novembro 2007

Investigação : Léonard Vincent

Repórteres sem Fronteiras - Escritório Africa

47, rue Vivienne - 75002 Paris - França

Tel : (33) 1 44 83 84 84 - Fax : (33) 1 45 23 11 51

E-mail : africa@rsf.org

Web : www.rsf.org

GUINÉ BISSAU Cocaína e golpe de Estado, fantasmas de uma nação amordaçada

Miúdos com a camiseta azul da equipa de França jogam futebol com uma bola já gasta, evitando os sulcos cavados no asfalto. Duas cabras dormitam debaixo de uma acácia. Bissau, capital de um pequeno país da África Ocidental, pouco mais grande que a Bélgica, é uma cidade africana langorosa e vetusta, antiga feitoria portuguesa, que se desagrega com o passar dos anos. Uma estranha placidez reina sobre a cidade. Mas toda a gente só fala do narcotráfico que, ao que parece, corrói o país como um cancro.

Há duas Guiné Bissaus. Aquela que começa no Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, feita de táxis degradados, lojas disparatadas e economia informal, dirigida por um governo sem recursos. E aquela acoçada pela imprensa internacional e os agentes da Interpol. Aquela que se evoca em voz baixa, ao descrever “colombianos que circulam em Jaguar” e “militares com telemóveis de mil dólares”. Aquela das entregas nocturnas de toneladas de cocaína por aviões clandestinos, que aterram na selva, em algum canto das oitenta e oito ilhas do Arquipélago de Bijagós. Dessa Guiné Bissau toda a gente fala. Toda a gente “sabe coisas”, mas ninguém diz nada.

De facto. Os poucos jornalistas guiné-bissauenses que se aproximaram demasiadamente dos narcotraficantes e dos seus cúmplices, civis e militares, viveram dias pesados. Durante o ano de 2007, dois deles fugiram do país, onde, no entanto, a imprensa parece relativamente livre. Para além da grande ameaça que pairava sobre a sua liberdade, sabiam também, de tanto o ouvirem repetir, que revelações embaraçosas de mais sobre a implicação de oficiais superiores do exército



no tráfico internacional de cocaína poderiam despertar velhos e cruéis demónios. No dia 7 de Junho de 1998, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas daquela época, Ansumane Mané, tinha mobilizado uma tropa para depor o Presidente João Bernardo “Nino” Vieira, que o acusava de dar-se ao tráfico de armas em prol dos rebeldes de Casamansa. O país mergulhava, então, em onze meses de conflito armado com odores étnicos e crapulosos que, provocariam, no total, pelo menos 15.000 mortes de civis e militares. Que jornalista, por um salário miserável, correria o risco de ser assassinado ou precipitar os entes queridos no fogo do inferno? Para evitar a *vendetta* ou o golpe de estado, a maioria dos jornalistas de Bissau escolheu a *omertà*.

“O melhor jornalista” foi-se embora

Allen Yéro Emballo foi mais longe do que os outros. Pagou o preço do exílio forçado. “A sua partida foi uma grande perda. Allen é o melhor jornalista do país”, afirma um jornalista estrangeiro que esteve várias vezes na Guiné Bissau, nestes últimos anos. Esse foi, provavelmente, o motivo pelo qual o contra-almirante José Américo Bubo Na Tchut, chefe do Estado-Maior da Marinha, lhe tinha dito, em Maio de 2007: “Calar-se ou morrer: cabe ao jornalista escolher”. Allen Yéro Emballo, correspondente local da *Agência France-Presse (AFP)* e da *Radio France Internationale (RFI)*, tinha afirmado, perante ele, que alguns dos seus homens agiam como protectores dos colombianos.

GUINÉ BISSAU Cocaína e golpe de Estado, fantasmas de uma nação amordaçada

Na noite de 24 de Junho de 2007, estando o jornalista ausente, um grupo de desconhecidos armados, encapuçados e com fatos de camuflagem, invadiram a sua casa. Submetendo-lhe a esposa, os filhos e o irmão menor, aterrorizados, começaram a vasculhar toda a casa. Apreenderam o caderno de anotações, o computador, a máquina fotográfica e um pacote de fotografias do jornalista. Antes de desaparecerem, um dos desconhecidos parou diante do irmão menor de Allen Yero Emballo e ameaçou: “Desta vez, levamos o material. Da próxima vez, será a cabeça dele.”

O legalismo do jornalista não foi gratificante. A queixa dada dois dias depois junto ao comissariado de polícia de Bissau não teve seguimento. Na mesma noite, aliás, os misteriosos assaltantes lançaram-lhe nova advertência. Pelas 23 horas, uma chamada telefónica anónima repetiu as ameaças: “A sua mulher contou-lhe o que lhe dissemos? Da próxima vez, é a sua cabeça que levaremos.” No dia 3 de Julho, Allen Yero Emballo recebeu uma chamada semelhante, à mesma hora. As suas tentativas para identificar o número de telefone do seu interlocutor não resultaram. O operador de telefonia disse-lhe que procurasse a polícia, que lhe prometeu fazer o necessário. Na realidade, nada se fez.

Avisado por diversas fontes, inclusivamente pelas Informações Gerais, de que já era tempo de “safar-se”, o jornalista juntou as economias, mandou a família para Dakar e deixou o país discretamente, de táxi de aluguer, até a Casamança. “Resolvi deixar o país enquanto a minha segurança e a da minha família não forem garantidas”, exclama actualmente, refugiado em Paris, à espera de uma decisão do Ofício Francês de Refugiados e Apátridas (OFPRA), que deverá pronunciar-se sobre o seu pedido de asilo político. “E hoje a polícia é incapaz de garantir a segurança dos cidadãos”, declara, sem hesitação.

Un Verão perigoso

De resto, o Verão de 2007 foi um dos mais tensos para os jornalistas do país. O caso Mário Sá Gomes, figura emblemática da Liga Guiné-bissauense dos Direitos Humanos (LGDH), fez com que se temesse o surgimento de novos perigos, ao mesmo tempo em que chamou a atenção de toda a comunidade internacional, principalmente a da imprensa, para um “Narco-Estado” em formação. No dia

11 de Julho, esse agitado militante, presidente de uma associação local pela “defesa das vítimas de erros judiciais”, declarou à Rádio Nacional que o Presidente da República devia “destituir a qualquer custo” o general Batista Tagm Na Wai, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e operar uma “profunda mudança” em todos os corpos delas. “O General Batista Tagm Na Wai perdeu totalmente o controlo dos diversos corpos das forças armadas desde que altos oficiais se enriqueceram vendendo drogas”, afirmou. “O mesmo aconteceu com o chefe do Governo, Nino Vieira, que se tornou, com o tempo, refém dos militares. Além disso, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas não ignora que oficiais de altas patentes estejam implicados no tráfico de drogas, mas até agora não se tomou nenhuma decisão para detê-los.”



Batista Tagm na Wai (© AFP / SEYLOU DIALLO)

Essa declaração provocou a ira do General Tagm Na Wai, o qual exigiu um pedido público de desculpas. Mário Sá Gomes recusou-se a apresentar-lhas e a réplica do chefe do Estado-Maior foi a de um soldado ultrajado. Emitiu um “mandado de prisão” contra ele, obrigando o militante a esconder-se durante alguns dias e, em seguida, a refugiar-se no recinto de um grande edifício da missão local da ONU, construído num grande terreno baldio, na periferia da cidade.

“Alojamo-lo por alguns dias no quinto andar, o tempo necessário para encontrarmos uma solução junto aos protagonistas do caso”, explica Vladimir Monteiro, porta-voz do escritório da ONU para a consolidação da paz na Guiné Bissau (UNOGBIS). A solução foi a garantia, por parte dos militares e da polícia,

GUINÉ BISSAU Cocaína e golpe de Estado, fantasmas de uma nação amordaçada

de que o militante dos direitos humanos seria deixado em paz. No dia 23 de Agosto, depois de o Ministro do Interior ter dado a sua palavra, prometendo que o jornalista não seria preso, Mário Sá Gomes saiu, livremente, da sede do UNOGBIS e, desde então, não foi mais molestado.

Num país desprovido de administração eficaz, cujo sistema judiciário é mais do que falho e onde já não há estabelecimentos penitenciários, a detenção significa ser enclausurado numa exígua cela da polícia judiciária ou preso, em um lugar qualquer, num dos quartéis do exército, fora de qualquer controlo do poder civil. Pode-se perceber, então, que há razões de sobra para se procurar refúgio junto à ONU, mesmo que o temor de serem desmascarados não constitua o único motivo desses surtos de ira por parte dos militares. “Somos um país que ainda está a aprender a democracia, de cujas regras nem os policiais nem os militares têm perfeito domínio, explica um universitário guiné-bissauense, que desejou manter o anonimato. Existem imensas lacunas nos pretensos servidores do Estado, perigosas para os cidadãos mas que, paradoxalmente, também constituem espaços de liberdade que beneficiam toda a gente... inclusivamente os criminosos. Ainda não sabemos muito bem como fazer.”

Ilustrando essa ignorância — ou esse desprezo — das regras democráticas, Albert Dabo, correspondente local da agência britânica *Reuters*, continua surpreso com o facto de ter sido perseguido durante um dia inteiro por um comando da Marinha Nacional, dirigido pelo seu chefe, o temido Contra-almirante Bubo Na Tchut. Na manhã de 16 de Julho de 2007, este último chamou o jornalista, pedindo-lhe, com aparente cordialidade, que comparecesse ao seu escritório durante o dia. Advertido pela esposa, Albert Dabo, que trabalha, frequentemente, como intérprete das equipas da mídia internacional de passagem pela Guiné Bissau, preferiu dirigir-se à sede da estação privada *Rádio Bombolom*, para a qual também trabalha. No local, os seus congénres avisaram-no de que cerca de vinte soldados estavam à sua procura. O jornalista, refugiado na sede da ONU, foi de novo chamado pelo contra-almirante, o qual lhe garantiu que não ia “fazer-lhe nada”, que o jornalista devia “deixar o país dentro de poucas horas” e que desejava vê-lo para “resolverem um problema juntos”. Albert Dabo reiterou a recusa de atender à solicitação e, então, o chefe do Estado-Maior da Marinha respondeu-lhe imediatamente : “Se eu o pegar, vai

ver quem sou. Sei o que disse aos ingleses.”

O contra-almirante Bubo Na Tchut tinha ficado furioso com a publicação, no *Diário de Notícias* de Portugal, de uma citação, extracta de um artigo da revista norte-americana *Time*, na qual se confirmava que altas personalidades militares estavam implicadas no narcotráfico. Problema: Albert Dabo nada tinha a ver com essa citação, publicada alguns meses antes que o jornalista acompanhasse uma equipa da agência de televisão britânica *ITN* na Guiné Bissau. O contra-almirante achava, sem ter verificado o facto, que a entrevista que tinha concedido em 13 de Julho ao correspondente guiné-bissauense da *Reuters* e à equipa da televisão britânica que acompanhava, estivesse ligada à citação comprometida.



Albert Dabo

“O chefe do Estado-Maior apresentou-se, então, à sede da *Rádio Bombolom*, com os seus homens”, explicou Albert Dabo a *Repórteres sem Fronteiras*. Mas, durante longos minutos, o contra-almirante enfrentou a calma e a teimosia de Agnello Regala, director e fundador dessa rádio privada muito respeitada, a qual pretende ser um veículo da mídia “que dá voz a toda a gente”, segundo a palavra de ordem do seu patrão. “Três horas mais tarde, deixei a sede da ONU. Agnello tranquilizou-me ao explicar que tinha feito o militar entender que o melhor era que desse queixa”, conclui Albert Dabo, que é perseguido por “difamação”, “violação de segredos de Estado”, “abuso da liberdade de imprensa”, “denúncia caluniosa” e “colusão com jornalistas estrangeiros”. Está ameaçado de prisão se for considerado culpado ao término do processo. “Sim, a lei guiné-bissauense prevê penas de prisão, mas é-me indiferente. São

GUINÉ BISSAU Cocaína e golpe de Estado, fantasmas de uma nação amordaçada

essas ameaças permanentes que são intoleráveis!", desabafa.

“Os políticos e militares têm medo da mídia”

“A situação está claramente a degradar-se”, preocupa-se Ricardo Semedo, director de programação da estação pública *Rádio Nacional*, o qual também foi objecto de repetidas ameaças por telefone, no dia 7 de Setembro, quando se encontrava em viagem ao Senegal. “Os militares e o narcotráfico são os dois elementos que utilizam sistematicamente esse género de pressões, anónimas ou não.”

Até mesmo o director nacional da Interpol, Carvalho Aucarie, reconhece publicamente que “certos altos responsáveis guiné-bissauenses, individualmente, fazem negócios com os narcotraficantes”. Mas não é o próprio aparelho do Estado o atingido, contemporiza, ao explicar que, “se fosse o caso, o governo pagaria os salários”.

Nem por isso a vida deixa de ser calma para os moradores da capital, cujas ruas, contrariamente às de numerosas capitais da África Ocidental, não são percorridas por camiões que transbordam de soldados ou milicianos sem fé nem lei. Aliás, esse é o paradoxo enfatizado por Agnello Regala, director da *Rádio Bombolom*. “Somos, a um só tempo, livres e oprimidos. Esse contraste é muito estranho. Não posso negar que a nossa preocupação é muito grande, mas parece-me que os políticos e militares têm medo da mídia”, explica, sentado à sua mesa, na qual impera uma reprodução do instrumento ancestral de comunicação entre as aldeias, cavado num tronco de árvore, que deu nome à rádio.

Ex-secretário de Estado da informação entre 1990 e 1992, o director da *Rádio Bombolom* está acostumado às engrenagens do aparelho de Estado. Clama que os militares não o atemorizam. “Em 2002, os militares fizeram uma batida na rádio, ameaçando bombardear a estação se acontecesse qualquer coisa que fosse no país, conta ele. Aconselhei-os a não errarem o tiro. Alguns dias mais tarde, vários directores da mídia privada e eu próprio fomos convocados à televisão. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas tinha passado o polegar pela garganta ao falar de nós. Disse-lhe que era fácil



Agnello Regala

fazer esse tipo de gesto quando se usa farda militar.” Agnello Regala não desiste e clama, regularmente, frente aos militares que, se, um dia, obtiver provas da sua implicação no narcotráfico, irá publicá-las. Enquanto o seu jornalista Albert Dabo esteve refugiado na sede da ONU, o director da *Rádio Bombolom* tinha, aliás, afirmado ao contra-almirante Bubo Na Tchut: “Não me ameaces, não tenho medo de ti.”

A cidade de Bissau é calma e os directores da mídia não parecem medrosos. Como todos os jornalistas com os quais Repórteres sem Fronteiras se encontrou, Fafali Koudawo, director de publicação do semanário privado *Kansaré*, também fala dessas “ameaças permanentes”, essa maneira de dar a entender aos jornalistas que “falam de mais”. Mas atribui esse clima ao microcosmos que é Bissau. “Toda a gente se conhece, portanto, toda a gente sabe o que os vizinhos estão a fazer”, explica o director desse jornal bem informado, que não hesita em pôr, na primeira página, as colusões entre os colombianos e os militares. “Assim, se começássemos a dar os nomes das pessoas implicadas em casos de corrupção ou no narcotráfico, viriam vingarse directamente. Esse tabu provoca imensa frustração em nós.” Essa contenção forçada é resumida pela frase de um funcionário do UNOGBIS, que lamenta pela imprensa local quando esta evoca os elos obscuros entre o narcotráfico e o exército: “Fatos, mas sem seguimento.”

De acordo com Agnello Regala, a desconfiança e a adopção de uma linguagem tão marcial como a dos militares são o melhor meio para se “transmitir o recado”. Para esse ex-professor, que se tornou director da rádio durante a guerra de independência, os militares guiné-bissauenses funcionam segundo

GUINÉ BISSAU Cocaína e golpe de Estado, fantasmas de uma nação amordaçada

essa “psicologia dos ex-combatentes”. Quanto ao director de *Kansaré*, sente-se estranhamente protegido pela impunidade nesse paizinho pobre e esquecido, produtor de castanhas de caju, cuja orla marítima está espalhada pelo Oceano Atlântico num arquipélago de selva e savana. “Se a justiça funcionasse e começasse a inflingir verdadeiros castigos, estávamos mais expostos ao perigo, lamenta Fafani Koudawo. Ora, na Guiné Bissau de hoje, os criminosos e os seus cúmplices sabem que aqueles que os poderiam desmascarar teriam de enfrentar a sua vingança e esta permaneceria impune. É o que se chama de o efeito espantalho.”

Além disso, com salários mensais que vão, em média, de 25 a 35.000 francos CFA (isto é, de 38 a 53 euros), os jornalistas de Bissau não têm vontade de brincar de heróis. “Não é a coragem que nos falta, é a recompensa. Porque arriscar a própria pele, se ganhamos tostões?”, pergunta Enfamara Cassama, ex-jornalista da *Rádio Bombolom*, que hoje trabalha para a missão local da ONU. De resto, segundo afirma um jornalista da capital, “com um quilo de cocaína, pode-se ter um Mercedes”.

Não há algemas na PJ

Esse dilema atormenta numerosos guiné-bissauenses e, principalmente, os inspectores da polícia judiciária. Mais um paradoxo desse inquietante paraíso : os homens teoricamente encarregados da luta contra o riquíssimo polvo do narcotráfico trabalham na mais absoluta miséria. Não há algemas, há um só veículo, duas celas imundas e cerca de sessenta inspectores, num país de 1,6 milhões de habitantes e 36.000 km². E isso sem contar o maior fluxo de cocaína da África, proveniente das selvas colombianas e organizado pelos cartéis mais perigosos e melhor armados do mundo.



“A costa, os enclaves, os numerosos braços de rios que sulcam o nosso país e que os traficantes conhecem bem começam a ser invadidos”, conta Lucinde Gomes Barbosa Aucarie, directora da Polícia Judiciária, no seu pequeno escritório degradado do centro de Bissau. Para essa mulher sorridente, de cerca de quarenta anos de idade, a situação do país é tanto mais “preocupante” quanto a Colômbia, potência exportadora a contragosto, não deu “sinal algum” à polícia guiné-bissauense. “Nenhum contacto, nenhuma palavra, nada”, deplora frente ao enviado especial de uma estação colombiana privada, a *Rádio Caracol*, que descobre, abismado, a amplitude do estrago. Jovem jornalista que dirige o escritório de Miami da sua rádio, Ismael Trivino veio a Bissau para tentar compreender “porque as pessoas do meu país nem mesmo sabem situar a Guiné Bissau num mapa, enquanto que vários colombianos aqui foram presos e, de modo evidente, o narcotráfico aqui encontrou uma plataforma de desembarque ideal”.

A notícia da prisão, em Agosto de 2007, de dois colombianos que detinham cerca de 95.000 euros, 1,5 milhão de francos CFA, duas granadas, uma pistola, uma metralhadora AK-47 e gás neutralizante, não tinha, manifestamente, chegado a Bogotá. Juan Pablo Camacho e Luis Fernando Ortega Mejia, oficialmente empregados de uma construtora, foram detidos pela PJ num bairro popular chamado “Bairro Militar”.

Uma rápida visita do complexo praticamente deserto da polícia judiciária, situado numa avenida que liga a cidade ao aeroporto, revela a que ponto o serviço encarregado de lutar contra o narcotráfico é impotente. O suposto quartel general é constituído por alguns poucos escritórios pobremente mobilados, alinhados sob arcadas, ao longo de um pátio de terra, pelo qual perambulam alguns inspectores sem armas. Logo após um compartimento nu, que dá para a rua, e onde se recebe o público, uma porta de ferro encontra-se fechada com dupla tranca, no meio de um muro roxo. A ordem de “parar a cinco metros” está pintada mesmo em cima do betão. “São as duas únicas celas de que dispomos, explica um polícia. Uma para os homens, outra para as mulheres. Cada uma pode conter cerca de vinte pessoas. São as famílias que lhes trazem a comida.” Alguns prisioneiros saem da cela, sob o sol pegajoso da tarde. Enfileirados, torsos nus, frente ao muro, são autorizados a comer o prato de arroz que os parentes trouxeram. Suando em

GUINÉ BISSAU Cocaína e golpe de Estado, fantasmas de uma nação amordaçada

bicas, com expressão grave, os homens comem, lavam o rosto, voltam para o compartimento abafado e nauseabundo onde esperam, sem ilusões, a marcha dos seus dossiers. Do outro lado do pátio, à sombra, atrás do 4x4 da directora, um inspector bebe cerveja, com um fuzil na mão, única manifestação visível da força armada nesse recinto despoado.



A directora da PJ insiste em dizer que os colombianos foram “tratados como qualquer suspeito” e os seus homens seguiram, até ao fim, os procedimentos legais. Juan Pablo Camacho ficou detido durante doze dias e acabou por ser solto no dia 4 de Setembro de 2007, após ter pago caução de 15 milhões de francos CFA (cerca de 23.000 euros). O seu cúmplice foi liberado cinco dias depois, em condições idênticas. Ainda hoje, vivem em liberdade no Bairro Militar.

Quando não são os colombianos que são presos no âmbito da luta contra o narcotráfico, são os militares guiné-bissauenses. E o aparelho policial do país talvez seja ainda mais impotente frente a casos tão delicados quanto a cumplicidade de oficiais no narcotráfico internacional. No dia 4 de Abril de 2007, o capitão Rui Na Flack e o tenente Augusto Armando Balanta foram presos pela PJ, quando transportavam 635 kilos de cocaína. Detidos durante algumas horas, foram finalmente soltos por ordem do chefe do Estado-Maior do exército, o general Tagm Na Wai que, naquela ocasião, tinha investido misteriosamente a si mesmo de poderes judiciais excepcionais.

Desprovida de recursos, sem dinheiro para pagar os seus indicadores nem a gasolina dos seus inspectores, a polícia judiciária trata, então, os casos correntes como pode. “A polícia

judiciária tem poderes para fazer investigações específicas e nada mais”, explica a Ministra da Justiça, Carmelita Barbosa Pires, que tem a tutela da PJ. “Os colombianos foram soltos em virtude de uma decisão judiciária independente”, acrescenta.

Assim como as escalas inferiores da administração pública, o Ministério que dirige é indigente, ainda que instalado num vasto palácio colonial com paredes rachadas. “Enfrentamos imensas dificuldades para praticar justiça. É necessária uma profunda reforma e desejo levá-la a cabo”, afirma a Ministra, que conta com protecção policial desde a prisão dos colombianos. Como os jornalistas muito curiosos, essa mulher enérgica, muito respeitada pelo corpo diplomático, recebeu ameaças de morte pelo telefone. “No mês de Abril, formulámos à comunidade internacional pedidos precisos, que nos permitissem trabalhar mais ou menos correctamente. Desde então, apesar de reiterados pedidos, nada recebemos.” Interrogada sobre as razões da demora na ajuda internacional, responde, alusiva: “Talvez seja uma questão de confiança. Não sei.”

No país dos “camaleões”

É verdade que a comunidade internacional dá provas de extrema prudência. Os diplomatas ocidentais em exercício na capital guiné-bissauense evocam, ao falar da situação do país, uma intrincada trama de confissões e mentiras, em que as relações entre poderosos, civis ou militares, estão permeadas por questões de famílias, etnias e interesses. É precisamente neste modo que têm os homens influentes de se olharem com desconfiança que o país encontrou o seu equilíbrio. Assim, por mais estabilizada que esteja, a situação não deixa de ser perigosa e a pressão da comunidade internacional terá de chegar a uma mistura subtil de delicadeza e firmeza.

“Toda a gente está contra o tráfico neste país de camaleões”, resume Enfamara Cassama, ex-jornalista da *Rádio Bombom*, actualmente empregado pelo UNOGBIS. Nos ministérios e quartéis dessa cidade à deriva, os jornalistas estrangeiros às vezes têm dificuldades em saber “quem é quem e quem faz o quê”, como diz o velho refrão. Colocar francas dificuldades revela-se, muitas vezes, improdutivo. O narcotráfico está ao mesmo tempo em toda a parte e em lugar nenhum.

GUINÉ BISSAU Cocaína e golpe de Estado, fantasmas de uma nação amordaçada

É verdade, como adianta o secretário de Estado da comunicação, João de Barros, que a Guiné Bissau não conhece a “repressão institucional”, nem “freios governamentais à liberdade de imprensa”, apesar de alguns “casos isolados”. A maior dificuldade é, primeiramente, a pobreza em que a imprensa guiné-bissauense tenta sobreviver. Apesar de ser um pequeno país africano, a Guiné Bissau até que dispõe de um número considerável de veículos independentes de mídia. Todas as semanas, nos braços dos vendedores de rua, o popular semanário público *Nô Pintcha* rivaliza com o jornal do secretário de Estado, *Diário de Bissau*, a *Gazeta de Notícias*, o *Batanba de Nôbas*, semanário criado no final de 2006 que acabou por sobreviver, apesar de um mercado muito limitado, e *Kansaré*, o jornal mais avançado em termos de investigações. A emissora pública *Rádio Pinjiguiti*, uma estação privada próxima do chefe de Estado e a *Rádio Bombolom* ocupam as ondas junto com três rádios comerciais ou comunitárias (*A Voz de Kélélé*, considerada a “mãe das rádios comunitárias”, a *Rádio Jovem* e a *Rádio Nova*, a estação da igreja brasileira). A essa paisagem relativamente pluralista convém acrescentar a televisão pública, os programas para a África lusófona da cadeia portuguesa de informações contínuas RTP, os serviços em português das grandes rádios internacionais *RFI*, *VOA* e *BBC*, bem como cerca de vinte rádios comunitárias do país que, às vezes, servem como retransmissoras dos programas de informações das rádios nacionais.

Como todos os directores de mídia de Bissau, o secretário de Estado da comunicação social, João de Barros, enfatiza, antes de tudo, a indigência da imprensa do país. “Temos necessidades consideráveis de equipamentos, formação e logística, explicou a Repórteres sem Fronteiras. É preciso aumen-



João de Barros

tar os salários ou, pelo menos, pagá-los regularmente. A situação reflecte a imagem do país. Se nada for feito, o nosso futuro corre o risco de ser financiado pelo narcotráfico.” O mesmo pedido de ajuda, essencialmente material, é lançado por Fafali Koudawo, director de *Kansaré*. “Estamos isolados. Precisamos de material e contactos com o estrangeiro”, afirma, em uníssonos com Vladimir Monteiro, porta-voz do UNOGBIS, que assim resume o apelo: “Eco e meios”.

Para além da ameaça permanente que os agentes do narcotráfico deixam planar, há, então, a “falta de meios”. Esse matiz pode parecer simplista. Mas é verdade que a prosperidade pode garantir a independência da mídia frente àqueles que a possam intimidar. O secretário de Estado da comunicação social, João de Barros, reconhece que o facto de o seu “ministério da Informação” estar situado num edifício da Marinha nacional, junto a um quartel cheio de soldados ociosos, faz dele alvo de “pressões no próprio local”. Mostrando, com mão cansada, o pátio do quartel, evoca pudicamente uma “confusão institucional”. Mas esse não é o ponto mais problemático, segundo ele. O simples facto de imprimir um jornal num país como a Guiné Bissau, em que os salários dos empregados da Imprensa nacional têm quatorze meses de atraso, é, efectivamente, uma façanha.

“Eu sempre disse aos militares que, se tivesse provas do seu envolvimento no narcotráfico, publicá-las-ia. Mas não temos recursos para fazermos investigações”, lamenta Agnello Regala, da *Rádio Bombolom*, que tem cerca de vinte empregados, dentre os quais dez jornalistas, para fazer funcionar a sua estação. Manter viva uma rádio como a sua, já que não existe sistema nacional de distribuição de electricidade, constitui um grande desafio. Agnello Regala precisa de criatividade para encontrar os recursos indispensáveis à sua sobrevivência. Se a metade da receita provém da publicidade, a *Rádio Bombolom* também arrenda alguns dos seus horários a associações ou ONG, guiné-bissauenses ou estrangeiras. Assim, durante a visita de Repórteres sem Fronteiras, duas jovens ocidentais apresentavam um programa para crianças, num dos dois minúsculos estúdios com ar condicionado da rádio, situada numa pequena casa cercada por um vasto jardim e sobre a qual está instalada uma imensa antena. Dando apoio à *Rádio Bombolom* e à estação pública, bem como a oito rádios comunitárias, o UNOGBIS também participa nessa antena *self service*, fornecendo programas já prontos sobre determinados

temas, gravados em crioulo português e realizados pelos seus serviços. “Utilizamos esse meio para transmitir mensagens à população e garantir rendimentos regulares a essa mídia”, explica Vladimir Monteiro, ele próprio jornalista, oriundo do Cabo Verde.

“Para obtermos real eficácia, principalmente contra o narcotráfico, seria necessário combinarmos três elementos indispensáveis que, actualmente, não podemos assumir, explica Agnello Regala. Primeiramente, para sensibilizar a população aos perigos do *cocaína business*, precisaríamos estender as nossas antenas a todo o território. Para além disso, os nossos melhores jornalistas precisariam receber formação séria para fazerem investigações e protegerem-se. Finalmente, teríamos que dispor de mais recursos financeiros, a fim de permitir que os jornalistas trabalhem em condições decentes.” Sinceros pedidos de ajuda ou estratégia de comunicação de chefes de empresas? Como a desconfiança é uma segunda natureza da corporação em Bissau, nada está seguro. Os “camaleões” estão em toda a parte.

O ano de 2007 foi ruim para a liberdade de imprensa na Guiné Bissau. Todos os jornalistas do país têm consciência disso. O correspondente do semanário privado português *Expresso*, Fernando Jorge Pereira, um dos mais obstinados, junto com alguns outros, resolveu tentar unir a profissão para melhor protegê-la. Nos dias 5 e 6 de Outubro, na grande sala do Centro Cultural Brasileiro, houve uma “concertação”, com o objectivo de instaurar um “Observatório da liberdade de imprensa e ética jornalística (OLIEJ)”. Dois dias de debates, às vezes tempestuosos, entre profissionais guiné-bissauenses, com o apoio da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) e da Organização Internacional da



Ismael Trivino e Agnello Regala

Francofonia (OIF), finalmente resultaram só num acordo *a minima* a respeito de um futuro plano de acção. A união mostra-se difícil.

Conclusão e recomendações

Ao mesmo tempo em que constitui uma ameaça para a nação guiné-bissauense, o *cocaína business* é tabu nacional e a imprensa enfrenta esse desafio quase de mãos vazias. Quanto ao governo, heteróclito, está dividido entre o perigo que representa uma luta frontal contra o exército (cuja consequência poderia ser um novo mergulho na guerra civil, até mesmo o desencadeamento de um conflito interétnico de grande amplitude) e as exigências da comunidade internacional, que vê esse pequeno país lusófono da África Ocidental transformar-se, pouco a pouco, num narco-Estado, gangrenado pelos cartéis colombianos. Estes últimos continuam a dispor de um centro de armazenamento e distribuição relativamente prático na África Ocidental, dada a cumplicidade activa de certos ministros e militares, bem como o estado de degradação da administração pública e do tecido social do país. Sem recursos e amedrontada, a imprensa local só pode fornecer “fracas luzes” sobre esse “narco-Estado” embrionário.

Para ajudar a Guiné Bissau a sair dessa situação perigosa de “país do silêncio”, Repórteres sem Fronteiras recomenda :

Aos jornalistas guiné-bissauenses:

Perseverarem na estratégia de união e auto-regulação da profissão, iniciada pela OIEJ e perceberem que, já que enfrentam grandes perigos, acharão em tal ferramenta um porta-voz eficaz para serem ouvidos, tanto dentro como fora do país;

Ao Governo guiné-bissauense:

Dar sinais tangíveis e sérios da sua vontade de lutar de maneira eficaz contra o narcotráfico, e garantir processos justos e transparentes para os traficantes já presos, quer sejam civis ou militares;

Impor a sua voz quando os jornalistas do país forem injustamente ameaçados por membros das Forças Armadas, e garantir o escrupuloso respeito pelas regras do direito,

quando um conflito opuser a imprensa às autoridades;

Determinar, com espírito democrático, a revisão da lei de imprensa de 1991, que quase não é aplicada, suprimindo as penas de prisão, estabelecendo uma significativa linha orçamentária para ajuda à imprensa privada, e instituindo um órgão de regulação da mídia respeitado pela profissão e dotado de meios adaptados;

Às Forças Armadas guiné-bissauenses:

Estarem estritamente conformes às regras do direito, no caso de conflito com a imprensa, e garantirem, principalmente, que os autores de ameaças ou atos de intimidação de jornalistas sejam identificados e punidos;

Reconhecerem publicamente a importância determinante de uma vigorosa imprensa privada, livre e bem informada para o êxito da reconstrução da Guiné Bissau e garantirem a sua segurança;

À comunidade internacional:

Continuar a exercer pressões gradativas sobre os diversos protagonistas da transição e, principalmente, exigir, de modo mais rigoroso, o respeito pelas regras do direito nos eventuais conflitos entre as autoridades, civis ou militares, e a imprensa;

À imprensa internacional:

Continuar a interessar-se muito pela situação perigosa da Guiné Bissau e a crescente influência do narcotráfico na vida do país, com o objectivo de manter pressão permanente sobre os cartéis e “poluir” a plataforma que ali criaram.